



# Exercícios - CESPE

Direito Administrativo

COMPILAÇÃO DE QUESTÕES SOBRE DIREITO  
ADMINISTRATIVO, EXTRAÍDAS DE PROVAS DA  
CESPE

Rodrigo Cavalheiro Rodrigues  
MULTIVERSO JURÍDICO

## Sumário

1. Conceito, Fontes e Princípios.....	2
2. Organização Administrativa.....	2
3. Poderes Administrativos.....	2
4. Ato Administrativo .....	3
5. Serviços Públicos .....	4
6. Responsabilidade Civil .....	5
7. Controle da Administração.....	6
8. Improbidade Administrativa .....	7
9. Processo Administrativo Federal .....	7

## 1 Conceito, Fontes e Princípios

### 01. (2010 – CESPE)

O princípio da eficiência não está expresso no texto constitucional, mas é aplicável a toda atividade da administração pública.

( ) Certo ( ) Errado

### 02. (2011 – CESPE)

Contraria o princípio da moralidade o servidor público que nomeie o seu sobrinho para um cargo em comissão subordinado.

( ) Certo ( ) Errado

### 03. (2011 – CESPE)

Os princípios elencados na Constituição Federal, tais como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, aplicam-se à administração pública direta, autárquica e fundacional, mas não às empresas públicas e sociedades de economia mista que explorem atividade econômica.

( ) Certo ( ) Errado

### 04. (2011 – CESPE)

O princípio da razoabilidade refere-se à obrigatoriedade da administração pública em divulgar a fundamentação de suas decisões por meio de procedimento específico.

( ) Certo ( ) Errado

### 05. (2011 – CESPE)

Uma das manifestações do princípio da eficiência está nas rotinas de controle de resultados a que se submete o poder executivo.

( ) Certo ( ) Errado

### 06. (2011 – CESPE)

Em situações em que a administração participa da economia, na qualidade de Estado-empresário, explorando atividade econômica em um mercado concorrencial, manifesta-se a preponderância do princípio da supremacia do interesse público.

( ) Certo ( ) Errado

## 2. Organização Administrativa

### 07. (FUB - DF - Assistente em Administração – 2013 – CESPE)

Por serem pessoas jurídicas de direito público, as autarquias possuem prerrogativas e sujeições muito parecidas com as da administração direta.

( ) Certo ( ) Errado

### 08. (FUB - DF - Assistente em Administração – 2013 – CESPE)

As entidades que compõem a administração indireta são vinculadas ao ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.

( ) Certo ( ) Errado

### 09. (FUB - DF - Auxiliar em Administração – 2013 – CESPE)

São características das agências reguladoras a autonomia e o mandato fixo de seus dirigentes.

( ) Certo ( ) Errado

### 10. (FUB - DF - Auxiliar em Administração – 2013 – CESPE)

As autarquias não visam lucro e são criadas diretamente por lei específica, não sendo necessário o registro de seus atos constitutivos em órgão de registro de pessoas jurídicas.

( ) Certo ( ) Errado

## 3. Poderes Administrativos

### 11. (TCE - RO - Agente Administrativo – 2013 – CESPE)

O poder discricionário é um poder absoluto e intocável, concretizando-se no momento em que o ato é praticado pela administração.

( ) Certo ( ) Errado

### 12. (DEPEN - Técnico de Apoio – 2013 – CESPE)

O poder de polícia refere-se ao poder da administração de vigiar e aplicar penalidades às pessoas que cometem crimes ou contravenções penais.

( ) Certo ( ) Errado

**13. (Polícia Civil - DF - Escrivão de Polícia – 2013 – CESPE)**

Tanto a polícia administrativa quanto a polícia judiciária, embora tratem de atividades diversas, enquadram-se no âmbito da função administrativa do Estado, uma vez que representam atividades de gestão de interesse público.

( ) Certo ( ) Errado

**14. (MPU - Técnico Administrativo – 2013 – CESPE)**

Verifica-se a existência de hierarquia administrativa entre as entidades da administração indireta e os entes federativos que as instituíram ou autorizaram a sua criação.

( ) Certo ( ) Errado

**15. (TELEBRAS - Técnico em Gestão de Telecomunicações – 2013 – CESPE)**

A polícia administrativa se expressa ora por atos vinculados, ora por atos discricionários.

( ) Certo ( ) Errado

**4. Ato Administrativo**

**16. (SEAPA – 2009 – CESPE)**

Todo ato administrativo pode ser compreendido como um ato da administração pública, mas nem todo ato da administração pública pode ser classificado como ato administrativo.

( ) Certo ( ) Errado

**17. (TCU - Auditor Federal de Controle Externo – 2011 – CESPE)**

Ao celebrar com particular um contrato de abertura de conta-corrente, um banco estatal pratica ato administrativo.

( ) Certo ( ) Errado

**18. (CORREIOS - Analista de Correios – 2011 – CESPE)**

Elemento do ato administrativo, o sujeito é aquele a quem a lei atribui competência para a prática do ato, razão pela qual não pode o próprio órgão estabelecer, sem lei que o determine, as suas atribuições.

( ) Certo ( ) Errado

**19. (TRE - PR - Técnico Judiciário – 2009 – CESPE)**

Independentemente de norma legal, é admissível que um órgão público transfira a outro suas competências administrativas, desde que isso ocorra por acordo formal devidamente autenticado em cartório.

( ) Certo ( ) Errado

**20. (PC - ES - Perito em Telecomunicações – 2010 – CESPE)**

Pelo instituto da delegação ocorre a transferência do requisito da competência.

( ) Certo ( ) Errado

**21. (TCU - Auditor Federal de Controle Externo – 2011 – CESPE)**

Delegação não transfere competência, mas somente, e em caráter temporário, transfere o exercício de parte das atribuições do delegante.

( ) Certo ( ) Errado

**22. (TCU - Auditor Federal de Controle Externo – 2011 – CESPE)**

A forma é requisito vinculado e imprescindível à validade do ato administrativo: sempre que a lei expressamente exigir determinada forma para a validade do ato, a inobservância dessa exigência acarretará a nulidade desse ato.

( ) Certo ( ) Errado

**23. (DETRAN - ES - Téc- Superior – 2010 – CESPE)**

Em obediência ao princípio da solenidade das formas, que rege o direito público, os atos administrativos devem ser sempre escritos, registrados e publicados, sob pena de nulidade.

( ) Certo ( ) Errado

**24. (MP - PI - Técnico Ministerial – 2012 – CESPE)**

Inerente aos atos administrativos, a presunção de legitimidade caracteriza-se por ser um princípio de direito público relativo, isto é, que não admite prova em contrário.

( ) Certo ( ) Errado

**25. (AGU - Administrador – 2010 – CESPE)**

É facultado ao Poder Judiciário, ao exercer o controle de mérito de um ato administrativo, revogar ato praticado pelo Poder Executivo.

( ) Certo ( ) Errado

**26. (EBC - Analista de Empresa de Comunicação Pública – 2011 – CESPE)**

A revogação, uma das formas de extinção dos atos administrativos que faz cessar os efeitos do ato precedente considerado inoportuno ao atual interesse administrativo, justifica-se pela conveniência e oportunidade da administração e tem necessariamente efeitos ex nunc.

( ) Certo ( ) Errado

**27. (TCU - Auditor Federal de Controle Externo – 2010 – CESPE)**

O Poder Judiciário pode, de ofício, apreciar a validade de um ato administrativo e decretar a sua nulidade, caso seja considerado ilegal.

( ) Certo ( ) Errado

**28. (TJ - ES - Analista Judiciário – 2011 – CESPE)**

Enquanto não for decretada a invalidade do ato pela administração ou pelo Poder Judiciário, o ato inválido produzirá normalmente seus efeitos.

( ) Certo ( ) Errado

**29. (STM - Técnico Judiciário – 2004 – CESPE)**

Segundo entendimento majoritário da doutrina do direito administrativo brasileiro, os atos administrativos dos servidores da administração pública indireta não são passíveis de controle jurisdicional.

( ) Certo ( ) Errado

**30. (PC - CE - Inspetor de Polícia Civil – 2012 – CESPE)**

O abuso do poder pela autoridade competente invalida o ato por ela praticado, devendo a invalidade ser reconhecida somente por controle judicial.

( ) Certo ( ) Errado

**31. (MPOG - Esp- em Políticas Públicas e Gest. Governamental – 2009 – CESPE)**

Licença é o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a administração confere ao interessado

consentimento para o desempenho de certa atividade. A licença não é concedida de ofício e depende de requerimento do interessado.

( ) Certo ( ) Errado

**5. Serviços Públicos**

**32. (MP - PI - Analista Ministerial – 2012 – CESPE)**

Consideram-se serviços públicos coletivos (uti universi) aqueles que têm por finalidade a satisfação individual e direta das necessidades dos cidadãos, como são os de energia elétrica domiciliar e os de uso de linha telefônica.

( ) Certo ( ) Errado

**33. (TJ - ES - Analista Judiciário – 2011 – CESPE)**

Consideram-se serviços públicos uti universi os que são prestados à coletividade, mas usufruídos indiretamente pelos indivíduos, como são os serviços de defesa do país contra inimigo externo e os serviços diplomáticos.

( ) Certo ( ) Errado

**34. (CORREIOS - Analista de Correios – 2011 – CESPE)**

Quando exercem funções delegadas do poder público, as autoridades que integram as entidades da administração pública indireta, inclusive as empresas públicas, podem ser tidas como coatoras para fins de impetração de mandado de segurança.

( ) Certo ( ) Errado

**35. (FUB - DF - Secretário Executivo – 2013 – CESPE)**

Ao contrário da concessão, na qual se permite a contratação de pessoas físicas, na permissão, o contrato é realizado somente com pessoas jurídicas ou consórcios de empresas.

( ) Certo ( ) Errado

**36. (FUB - DF - Secretário Executivo – 2013 – CESPE)**

Como regra geral, as concessões e as permissões devem ser precedidas de licitação.

( ) Certo ( ) Errado

**37. (TCE - RO - Agente Administrativo – 2013 – CESPE)**

Os serviços públicos indelegáveis são aqueles que só podem ser prestados pelo Estado diretamente, tais como os serviços de defesa nacional, segurança interna e os de transporte coletivo.

( ) Certo ( ) Errado

**38. (Min. da Integração Nacional - Assistente Técnico Administrativo – 2013 – CESPE)**

A regulamentação e o controle dos serviços públicos e de utilidade pública competem sempre ao poder público.

( ) Certo ( ) Errado

**39. (Min. da Integração Nacional - Assistente Técnico Administrativo – 2013 – CESPE)**

Constitui obrigação do poder público, ou de seus delegados, fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e contínuos.

( ) Certo ( ) Errado

**40. (Min. da Integração Nacional - Assistente Técnico Administrativo – 2013 – CESPE)**

É da competência dos estados-membros explorar os serviços de energia elétrica.

( ) Certo ( ) Errado

**41. (MPU - Técnico Administrativo – 2010 – CESPE)**

Um dos princípios que regem a prestação de todas as modalidades de serviço público é o princípio da generalidade, segundo o qual os serviços públicos não devem sofrer interrupção.

( ) Certo ( ) Errado

**42. (ANEEL - Técnico Administrativo – 2010 – CESPE)**

O princípio da continuidade do serviço público, segundo o qual o serviço público não pode ser interrompido, é aplicável ao exercício da função pública, mas não aos contratos administrativos.

( ) Certo ( ) Errado

**43. (ANEEL - Técnico Administrativo – 2010 – CESPE)**

Os serviços prestados por pessoas jurídicas em regime de concessão ou permissão, ainda que para satis-

fazer as necessidades coletivas, não são considerados serviços públicos, já que não são prestados diretamente pelo Estado.

( ) Certo ( ) Errado

## 6. Responsabilidade Civil

**44. (CNJ - Técnico Judiciário – 2013 – CESPE)**

No ordenamento jurídico brasileiro, a responsabilidade do poder público é objetiva, adotando-se a teoria do risco administrativo, fundada na ideia de solidariedade social, na justa repartição dos ônus decorrentes da prestação dos serviços públicos, exigindo-se a presença dos seguintes requisitos: dano, conduta administrativa e nexo causal. Admite-se abrandamento ou mesmo exclusão da responsabilidade objetiva, se coexistirem atenuantes ou excludentes que atuem sobre o nexo de causalidade.

( ) Certo ( ) Errado

**45. (DEPEN - Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária – 2013 – CESPE)**

A administração pública responde por dano causado a terceiro, independentemente de comprovação do dolo ou da culpa do servidor que praticou o ato.

( ) Certo ( ) Errado

**46. (DEPEN - Agente Penitenciário Federal – 2013 – CESPE)**

O pressuposto para o ressarcimento do dano gerado ao patrimônio público é uma ação ou omissão dolosa, não sendo passíveis de reparação os casos culposos.

( ) Certo ( ) Errado

**47. (MPU - Técnico Administrativo – 2013 – CESPE)**

Considere que veículo oficial conduzido por servidor público, motorista de determinada autoridade pública, tenha colidido contra o veículo de um particular. Nesse caso, tendo o servidor atuado de forma culposa e provados a conduta comissiva, o nexo de causalidade e o resultado, deverá o Estado, de acordo com a teoria do risco administrativo, responder civil e objetivamente pelo dano causado ao particular.

( ) Certo ( ) Errado

## 7. Controle da Administração

### 48. (CNJ - Técnico Judiciário – 2013 – CESPE)

Admite-se a anulação de concurso público, pela própria administração, ante a ocorrência de vício insanável e ofensivo aos princípios da igualdade, da competitividade, da moralidade, da impessoalidade e da publicidade.

( ) Certo ( ) Errado

### 49. (Polícia Civil - DF - Escrivão de Polícia – 2013 – CESPE)

O princípio da separação dos poderes não impede o controle judicial sobre decisão do Tribunal de Contas da União que resulte na anulação de autorização conferida ao particular pelo Poder Executivo.

( ) Certo ( ) Errado

### 50. (Polícia Civil - DF - Escrivão de Polícia- 2013 – CESPE)

O Poder Legislativo exerce controle sobre os atos da administração pública, contando com vários instrumentos para desempenhar tal atividade, como, por exemplo, o julgamento pelo Tribunal de Contas da União das contas prestadas pelo presidente da República.

( ) Certo ( ) Errado

### 51. (MPU - Técnico Administrativo – 2013 – CESPE)

O direito de petição constitui instrumento de controle administrativo da administração pública.

( ) Certo ( ) Errado

### 52. (INPI - Analista de Plan. Gestão e Infraestrutura em Prop. – 2013 – CESPE)

O controle administrativo, que consiste no acompanhamento e fiscalização do ato administrativo por parte da própria estrutura organizacional, configura-se como controle de natureza interna, privativo do Poder Executivo

( ) Certo ( ) Errado

### 53. (Ministério da Justiça - Analista Técnico - Administrativo – 2013 – CESPE)

O controle administrativo é instrumento jurídico de fiscalização sobre a atuação dos agentes e órgãos públicos, realizado de ofício por iniciativa própria, não se aceitando provocação da parte interessada.

( ) Certo ( ) Errado

### 54. (ANTT - Especialista em Regulação de Serviços - Direito – 2013 – CESPE)

Devido ao aparato jurídico que o cerca, o controle externo é mais contundente e hierarquicamente superior ao interno.

( ) Certo ( ) Errado

### 55. (DF - Defensor Público - 2013 – CESPE)

Considere que, negado o pleito de um indivíduo perante a administração pública, o chefe da respectiva repartição pública tenha inadmitido o recurso administrativo sob a alegação de que o recorrente não teria apresentado prévio depósito ou caução, exigidos por lei. Nessa situação hipotética, o agente público agiu de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, visto que, segundo entendimento do STF, a exigência de depósito ou caução pode ser realizada desde que amparada por lei.

( ) Certo ( ) Errado

### 56. INPI - Analista de Plan. Gestão e Infraestrutura em Prop. – 2013 – CESPE)

Com relação ao controle da administração, julgue os itens subsecutivos.

O controle judicial sobre atos da administração pública é exclusivamente de legalidade e, como regra, realizado a posteriori. Podem haver, no entanto, situações especiais em que se admite um controle prévio exercido pelo Judiciário

( ) Certo ( ) Errado

### 57. (Ministério da Justiça - Analista Técnico - Administrativo – 2013 – CESPE)

Com relação ao controle administrativo, julgue os itens a seguir.

O mandado de segurança é uma das mais importantes ações judiciais de controle dos atos da administração pública. Quando o ato for praticado por autoridade no exercício de competência delegada, o mandado de segurança caberá contra a autoridade delegante

( ) Certo ( ) Errado

### 58. (Ministério da Saúde - Analista Técnico Administrativo PGPE 1 – 2013 – CESPE)

No que se refere a controle e responsabilização da administração, julgue os itens seguintes.

Um juiz que determina a anulação de um ato emanado do prefeito de um município estará exercendo o controle externo

( ) Certo ( ) Errado

### 8. Improbidade Administrativa

#### 59. (TRT 21ª - Analista Judiciário – 2010 – CESPE)

São sujeitos ativos do ato de improbidade administrativa não apenas aqueles que exercem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, mandato, cargo, emprego ou função na administração direta e indireta, mas, também, os terceiros que, mesmo não se qualificando como agentes públicos, concorram para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiem direta ou indiretamente.

( ) Certo ( ) Errado

#### 60. (MP - PI - Analista Ministerial – 2012 – CESPE)

No sistema adotado pela referida lei [de improbidade], são sujeitos ativos do ato de improbidade os agentes públicos, assim como aqueles que, não se qualificando como tais, induzem ou concorrem para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiam direta ou indiretamente.

( ) Certo ( ) Errado

#### 61. (TRT 21ª - Analista Judiciário – 2010 – CESPE)

A lei considera atos de improbidade administrativa os que gerem enriquecimento ilícito, os que causem prejuízo ao erário e os que atentem contra os princípios da administração pública.

( ) Certo ( ) Errado

#### 62. (TJ - ES - Analista Judiciário – 2011 – CESPE)

Os atos de improbidade administrativa estão taxativamente previstos em lei, não sendo possível compreender que sua enumeração seja meramente exemplificativa.

( ) Certo ( ) Errado

#### 63. (MMA - Analista Ambiental – 2011 – CESPE)

Considere que um servidor público requisite, seguidamente, para proveito pessoal, os serviços de funcionários de uma empresa terceirizada de serviços de limpeza, contratada pelo órgão em que o servidor exerce função de chefia. Nessa situação, esse fato é caracterizado como ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

( ) Certo ( ) Errado

#### 64. (DPF - Agente de Polícia Federal – 2009 – CESPE)

Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente constitui ato de improbidade administrativa e, por consequência, impõe a aplicação da lei de improbidade e a sujeição do responsável unicamente às sanções nela previstas.

( ) Certo ( ) Errado

#### 65. (INMETRO - Analista Executivo – 2009 – CESPE)

Qualquer pessoa pode representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

( ) Certo ( ) Errado

### 9. Processo Administrativo Federal

#### 66. (FUB - DF - Assistente em Administração – 2013 – CESPE)

No âmbito do processo administrativo, a atuação da administração pública depende de provocação do interessado, razão pela qual a ela não se aplica o princípio da oficialidade ou do impulso oficial.

( ) Certo ( ) Errado

#### 67. (TCE - RS - Oficial de Controle Externo – 2013 – CESPE)

Caso seja instaurado processo administrativo de assunto de interesse individual, poderá ser aberto a pedido do interessado, para subsidiar posterior decisão da autoridade administrativa, período de consulta pública, com a finalidade de que outros servidores possam examinar os autos e oferecer alegações em favor do interessado.

( ) Certo ( ) Errado

#### 68. (TCE - RS - Oficial de Controle Externo – 2013 – CESPE)

Caso seja interposto recurso de decisão decorrente de processo administrativo, a autoridade recorrida pode, de ofício, dar efeito suspensivo ao recurso interposto, caso se configure o justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução.

( ) Certo ( ) Errado



**69. (Min. da Integração Nacional - Assistente Técnico Administrativo – 2013 – CESPE)**

Órgãos colegiados podem delegar a seus respectivos presidentes a edição de atos de caráter normativo.

( ) Certo ( ) Errado

**70. (Min. da Integração Nacional - Assistente Técnico Administrativo – 2013 – CESPE)**

Qualquer autoridade de menor grau hierárquico em uma organização pública pode iniciar um processo administrativo, desde que não tenha sido definida competência legal específica para esse fim.

( ) Certo ( ) Errado

**71. (TJDFT - Técnico Judiciário – Administrativa – 2013 – CESPE)**

O servidor que estiver litigando judicialmente contra a companheira de um interessado em determinado processo administrativo estará impedido de atuar nesse processo.

( ) Certo ( ) Errado

**72. (CNJ - Técnico Judiciário – Administrativa – 2013 – CESPE)**

Quando uma autoridade administrativa delega parte de sua competência, ela pode revogá-la a qualquer tempo.

( ) Certo ( ) Errado

**73. (TRT 21ª - Técnico Judiciário – Administrativa – 2010 – CESPE)**

Considere que, em um processo administrativo, haja um interessado com domicílio indefinido e que uma intimação a esse interessado devesse ser realizada por meio de publicação oficial, trâmite não cumprido pela administração. Nesse caso, se houver o comparecimento do administrado, a irregularidade da administração será suprida.

( ) Certo ( ) Errado

**74. (TRT 21ª - Técnico Judiciário – Administrativa – 2010 – CESPE)**

Tratando-se de direitos e interesses coletivos, as organizações e associações representativas possuem legitimidade para interpor recurso administrativo.

( ) Certo ( ) Errado

**75. (ANEEL - Técnico Administrativo – 2010 – CESPE)**

O princípio da obediência à forma e aos procedimentos tem aplicação absoluta no processo administrativo, razão pela qual os atos do processo administrativo sempre dependerão de forma determinada.

( ) Certo ( ) Errado

**75. CESPE - Banco Central - Gestão e Análise Processual - 2013**

Encerrada a instrução, o processo deverá ser imediatamente remetido à autoridade competente para julgá-lo, para decisão.

( ) Certo ( ) Errado

**76. CESPE - Ministério da Justiça - Analista Técnico - Administrativo – 2013**

Em processos administrativos, é obrigatória a intimação do envolvido, sob pena de nulidade do ato.

( ) Certo ( ) Errado

**77. CESPE - IBAMA - Analista Administrativo – 2013**

Em um processo administrativo, o servidor público deve expor os fatos conforme a verdade, desde que não haja prejuízo a terceiros e à administração pública, obedecendo aos preceitos de sigilo e confidencialidade de fatos que ensejarem dano às partes envolvidas.

( ) Certo ( ) Errado

**78. CESPE - CNJ - Analista Judiciário - Administrativa – 2013**

As atividades desenvolvidas na fase instrutória do processo administrativo destinam-se a averiguar e a comprovar os dados necessários à tomada de decisão e são realizadas pela administração em observância ao princípio da oficialidade, não competindo ao administrado a proposição de atos probatórios.

( ) Certo ( ) Errado

Gabarito

01 – E	02 – C	03 – E	04 – E	05 – C	06 – E	07 – C	08 – C	09 – C	10 – C
11 – E	12 – E	13 – C	14 – E	15 – C	16 – C	17 – E	18 – C	19 – E	20 – E
21 – C	22 – C	23 – E	24 – E	25 – E	26 – C	27 – E	28 – C	29 – E	30 – E
31 – C	32 – E	33 – C	34 – C	35 – E	36 – C	37 – E	38 – C	39 – C	40 – E
41 – E	42 – E	43 – E	44 – C	45 – C	46 – E	47 – C	48 – C	49 – C	50 – E
51 – C	52 – E	53 – E	54 – E	55 – E	56 – C	57 – E	58 – C	59 – C	60 – C
61 – C	62 – E	63 – C	64 – E	65 – C	66 – E	67 – E	68 – C	69 – E	70 – C
71 – C	72 – C	73 – C	74 – C	75 – E	75 – E	76 – C	77 – E	78 – E	

Obs: por um erro de digitação, há duas questões numeradas como “75”; ambas o gabarito é “E”.